



**X COLÓQUIO
INTERNACIONAL**
"Educação e Contemporaneidade"
22 a 24 de Setembro de 2016
São Cristóvão/SE - Brasil



ISSN: 1982-3657

SERVIÇO SOCIAL E INSTRUMENTALIDADE PROFISSIONAL NO ÂMBITO DA POLÍTICA NACIONAL CONSELHO GESTOR DO PEAC

FRANCISCO VIEIRA DO NASCIMENTO NETO

EIXO: 23. PESQUISA FORA DO CONTEXTO EDUCACIONAL

~~Resumo: Este trabalho versa sobre a inserção do assistente social na questão ambiental. utilizou-se a entrevista, subsidiando as análises através da pesquisa bibliográfica. Basea-se no método de formas que se efetiva a intervenção do Serviço Social no campo ambiental. Constatamos que a intervenção instrumental é exclusiva do Serviço Social, pois só este profissional é capaz de dar instrumentalidade às dimensões fundamentais que permeiam a profissão. Palavras-Chave: Serviço Social; Instrumentalidade. ABSTRACT: This paper deals with the insertion of the social worker in environmental issues. Method: interview, supporting the analysis through the literature search. Builds on noted dialectical method for effective intervention of social work in the environmental field. We note that intentionality that the social work, because only this professional can give instrumentality instruments, making a link between the profession. KEYWORDS: Social Work; Professional instrumentality; Environmental Issues; PEAC.

~~INTRODUÇÃO

A questão ambiental vem indiscutivelmente se destacando com maior vigor na presente década, dentro da vida social. Neste sentido, é proveniente refletir sobre tal questão, desmistificando certos conceitos no que tange ao meio ambiente. É pertinente se discutir sobre as consequências e os determinantes disso, possibilidades para o seu enfrentamento, na medida em que as expressões da problemática ambiental e a redução da biodiversidade, por exemplo, se tornam um alarme inquietante para a vida planetária e a crescente contradição entre as necessidades de autorreprodução do modo de produção capitalista e a sua realização.

Para o Serviço Social, faz-se cada vez mais premente desenvolver esforços no sentido de apreender a realidade determinada, bem como a natureza das respostas oferecidas pelas classes sociais e pelo Estado.

profissionais vem sendo interpelada, cotidianamente, a intervir nas refrações da destrutividade “questão social”. Desse modo, o presente trabalho tem por objetivo o desafio de trazer para o debate reflexão, prática e formação profissional. Buscou-se ainda, o debate acerca da relação entre o S questão ambiental.

Para tanto, estruturamos o trabalho em duas seções, além desta introdução. Na primeira delas por relação com o modo de produção capitalista, para apreendermos quais seus fundamentos: concomitantemente, a forma pela qual o Estado brasileiro vem enfrentando essa questão pela gestão discussão, colocamos o licenciamento ambiental enquanto mecanismo sistemático de realização frutificadora naturais, a fim de adentrar nos programas exigidos por este enquanto condicionantes para explicitar crítica com a qual corroboramos.

Na segunda parte, através do desenvolvimento da pesquisa sobre Serviço Social e instrumentalidade Educação Ambiental com Comunidades Costeiras (PEAC), com a finalidade de possibilitar a apreensão Souza da Silva, esta inserida, mais especificamente, no projeto do Conselho Gestor do PEAC. De onde elaboramos uma entrevista semi estruturada, sobre a mesma, Gil (1999, p. 120) explica que “o desafio sobre o assunto, mas, quando este se desvia do tema original, esforça-se para a sua retomada”. Na análise da instrumentalidade do Serviço Social neste espaço sócio ocupacional, proporcionado um debate no âmbito. Portanto, por a política do meio ambiente ser um campo emergente de atuação do assistente social profissional, é que nos desafiamos intentar a reflexão no que refere-se à questão ambiental e as implicações neste campo.

A QUESTÃO AMBIENTAL E A GESTÃO PÚBLICA DO MEIO AMBIENTE COMO FORMA DE SEU ENFRENTAMENTO

A questão ambiental é um importante tema a ser apropriado pelo Serviço Social por se tratar do meio ambiente. Podemos analisar que as bases da questão ambiental remontam às raízes da “questão social” (objetos e expressões): a produção é cada vez mais social enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se desigual na sociedade. Essa mesma lógica perpassa o uso dos recursos ambientais na qual a apropriação é feita pelos poucos e os impactos ambientais ocasionados pelo uso desordenado de tais recursos são sentidos de forma desigual devido aos seus diferenciados níveis de riqueza, educação e organização política.

Problematizar a categoria meio ambiente é entender que os problemas ambientais são agravados também pela apropriação desigual dos bens ambientais, apreendendo, desta maneira, que “o meio ambiente é coletivo” (MACEDO, 2009, s/p). Ou seja, a respeito dos bens ambientais:

“(...) vivemos em uma sociedade em que eles, assim como outros bens econômicos e sociais, são apropriados pela maior força econômica e política terminam sobrepondo seus interesses corporativos aos interesses de nossa sociedade ser fundada na ideia de igualdade jurídica dos cidadãos e na universalização da distribuição da acumulação privada gera a distribuição desigual de oportunidades e de condições de vida entre os cidadãos. Os bens ambientais não é diferente” (CARVALHO, 2003, p.165-166). Neste sentido, de forma sistêmica e face à exploração desenfreada para a sociedade de consumo – cujo aumento é considerável, tendendo a terra se encontra em um estado de insustentabilidade. A acumulação capitalista é realizada por

processo maléfico não só para a natureza, mas também para os homens, na medida em que coloco nome do desenvolvimento econômico, com a contribuição da parcela da população excluída do consumo, o desmatamento de florestas, a produção desenfreada do consumo de carne, a poluição dos rios, a questão ambiental. É no agravamento em nível global dessas expressões e na divulgação "grita" que há um limite para a utilização dos recursos naturais.

Refletir sobre os fundamentos da degradação do meio ambiente é reconhecer o homem enquanto ele, superando, por sua vez, visões fragmentadas da categoria ambiente que a reduz a simples complexas totalidades advindas de aspectos sociais, naturais, políticos, etc. Concomitante a esta reflexão que tange a apontar fatores tecnológicos ou comportamentais como determinantes da problemática com o modo de produção capitalista, daí que, por exemplo, a redução do consumo dos descartáveis: as respostas mais significativas que a sociedade tem defendido para a questão ambiental. Essas respostas são insuficientes, na medida em que apenas corrigem defeitos sem alterar os reais determinantes da questão ambiental. A ausência de questionamentos frente aos determinantes da questão ambiental nos faz cair na armadilha neoliberal, subordina o coletivo ao individual, afirmando ilusoriamente que a simples mudança de comportamento resolve a questão. Dessa forma, Silva (2013, p. 21) salienta que "as estratégias de enfrentamento à questão ambiental são um conjunto de variáveis de ordem econômica e política", ou seja, de um lado o mercado tem que efetivar conquistando o lucro e, por outro lado, requer a intervenção do Estado na regulação do desenvolvimento. Ressalta-se "[...] nestes termos, o papel destinado ao Estado seja no controle ou legitimação do uso do meio de políticas públicas de caráter universalista" (idem, p. 32).

Podemos sinalizar, enquanto mecanismos de combate ou mitigação dos diversos impactos ambientais advindos do modo de produção capitalista vigente – o licenciamento ambiental e a educação ambiental – insere-se nos mecanismos de gestão ambiental do Estado brasileiro. Nos programas e projetos exigidos pelo Conselho Nacional de Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), que visam amenizar os impactos na dinâmica socioambiental, a educação ambiental que se proponha a desvelar as bases concretas da questão ambiental, as formas de produção e as consequências na reprodução das desigualdades sociais, sendo capaz de desafiar os interesses hegemônicos. Deste modo, em virtude do objetivo deste trabalho, cabe a nós discutir a educação ambiental no âmbito da Educação Ambiental com Comunidades Costeiras (PEAC), a fim de possibilitar a apreensão desta questão sob a perspectiva da instrumentalidade profissional.

A INSTRUMENTALIDADE DO SERVIÇO SOCIAL: A EXPERIÊNCIA DO CONSELHO GESTOR DO PEAC

O PEAC se configura enquanto uma medida de regulação estatal no âmbito das licenças de atividades e das medidas implantadas para a regulação do meio ambiente, além da PNMA, destacamos a Política Nacional de Educação Ambiental a partir da Lei N.º 9795, de 1999. Por ser mote das premissas metodológicas que perpassam o trabalho com a educação ambiental:

Os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e ao desenvolvimento sustentável. No campo das iniciativas de educação não-formal, a PNEA prevê programas de educação ambiental em

recursos naturais. É esta modalidade que está presente nos programas de educação ambiental no processo de licenciamento ambiental, cuja função de controle cria condicionantes para as atividades como é o caso da indústria do petróleo, exigindo a realização de ações mitigadoras e compensatórias no intuito de amenizar e compensar a região e a população que sofre os impactos ambientais (COSTA, 2013). Assim sendo, é necessário que as ações no âmbito da educação ambiental crítica promovam desenvolver capacidades que permitam aos grupos sociais atuar de forma efetiva na formulação de políticas ambientais (IBAMA, 2005).

O Projeto de Pesquisa e Desenvolvimento Social (PPDS) possui diferentes projetos de atuação no âmbito dos mais consolidados consiste no chamado "Conselho Gestor do PEAC". Com isso, e a fim de suprir a necessidade de dialogar com uma das profissões inseridas neste espaço sócio-ocupacional, a fim de ampliar sua instrumentalidade, no que tange ao seu exercício profissional. Entendendo, por sua vez, que a instrumentalidade é a soma de seus métodos, instrumentos e técnicas que possibilitam atender as demandas provenientes da sua prática e/ou capacidade que a profissão vai adquirindo na medida em que concretiza objetivos. Ela possibilita a produção de respostas profissionais" (GUERRA, 2000, p. 2). É por meio desta capacidade, adquirida no exercício, que se transformam, alteram a realidade social, no plano do cotidiano.

Ao alterarem o cotidiano profissional e o cotidiano das classes sociais que demandam a sua intervenção, utilizando instrumentos existentes, e os convertendo em condições, meios e instrumentos para o alcance dos objetivos, dando instrumentalidade às suas ações (idem). Assim, com a finalidade da ação pretendida pelos profissionais serem utilizados em sua mediação e materializa, por sua vez, o projeto profissional hegemônico da área. Nessa perspectiva, Iamamoto (2003), após realizar uma análise dos desafios colocados ao Serviço Social em suas dimensões nos quais os profissionais devem ter propriedade: Competência Ético-Política; Teórico-Metodológica; e Interior os princípios fundamentais que constituem a profissão de Serviço Social. Desse modo, a instrumentalidade profissional no exercício da profissão, a assistente social Elaine Souza da Silva, que atingiu a finalidade pretendida.

Esta profissional trabalhou na assessoria ao conselho gestor do PEAC, um dos projetos do programa de controle social por meio do qual, representantes das distintas comunidades abrangidas pelo programa e avaliação da execução do Programa, mas também a gestão pública do meio ambiente de um município. O Conselho Gestor tem sido uma importante ferramenta de participação popular, no que tange à gestão ambiental das costas da bacia Sergipe/Alagoas. É formado, em sua maioria, por pescadores e pescadoras artesãos, que defendem vários de seus direitos, especialmente no que diz respeito ao acesso aos recursos naturais que mantêm. Cabe destacar que a equipe de assessoria ligada diretamente a este projeto é constituída essencialmente por mulheres (fato que acarretou na curiosidade em realizar este trabalho dentro do PEAC). Dessa forma, a instrumentalidade, com as necessidades postas pela Educação Ambiental crítica e "possibilita a conversão das coisas em instrumentos" (GUERRA, 2000).

É na compreensão da totalidade da instrumentalidade do Serviço Social como parte importante da educação ambiental crítica que a equipe de assessoria ao conselho gestor, em sua metodologia, desenvolve diferentes

às reuniões ordinárias, cursos de capacitação, grupos de trabalho (GTs), intercâmbios e acesso a pc. Segundo Souza (2008, p. 122), o assistente social ocupa um lugar privilegiado no mercado de trabalho cotidiano das classes e grupos sociais menos favorecidos, ele tem a real possibilidade de produzir um meio dos instrumentos que o assistente social em seu fazer profissional, materializa a profissão, em instrumentos com as três dimensões fundamentais que perpassam o seu exercício profissional: técnico-operativo, já sinalizadas no corpo desse texto enquanto competências necessárias ao Serviço Social. No Conselho Gestor do PEAC, Elaine a assistente social, utiliza alguns instrumentos que também ela mesma indagou, há algo que faz toda diferença, “qualquer pessoa pode utilizar esses instrumentos para colocar naquele objetivo, o que eu quero com aquele instrumento e de que forma isso é trabalhado”. questionada sobre o que entende por instrumentalidade: “entendo ser a intencionalidade da profissão que a gente realiza entre a nossa formação e a nossa perspectiva teórica, política, em relação ao instrumento”. Neste sentido, concordamos com Battini (2001, p. 5), pois “o instrumental técnico (técnico) tem finalidade, pois são estas que determinam o modo de atuar e a escolha por alternativas”.

No seu cotidiano profissional, Elaine utiliza os seguintes instrumentos do Serviço Social, quais sejam: grupo, socialização de informação, relatórios de atividades e questionários. Destarte, cabe a nós a reflexão sobre esses instrumentos na formação profissional, para podermos fazer um link do modo que os mesmos são utilizados no âmbito do PEAC, sendo este um dos fins desse trabalho.

No primórdio da profissão a visita domiciliar era utilizada pelos assistentes sociais para monitorar e enquadrar as famílias nos valores morais da burguesia, adotando uma perspectiva conservadora. Apesar disso, Souza (2008, p. 128) afirma: “a residência é o espaço privado da família que lá vive. Ter essa dimensão é fundamental para o Serviço Social, pois é a autoridade, controladora e fiscalizadora”. Hoje, com os valores adotados pela perspectiva ético-política hegemônica, o código de ética profissional e a fundamentação teórico-metodológica adotaram uma nova perspectiva na intervenção profissional, pois passaram a considerar como parceiros os sujeitos envolvidos.

[...] Essa perspectiva compreende que a prática profissional se constitui por meio de múltiplas dimensões: a dimensão social presentes no exercício profissional, [...] a análise da realidade social; o reconhecimento e a intervenção constitutiva da profissão (TORRES, 2009, p. 208). Paralelamente a essa discussão, a reflexão sobre a apreensão, ela nos coloca que “outras profissões utilizam a reunião, porém a forma como a gente trabalha a formação das cadeiras, que mostra o diferencial do objetivo que queremos ali”. É fato que, as reuniões realizadas junto à população usuária, junto à equipe de profissionais que trabalham na instituição, a decisão determinada não seja tomada individualmente” (SOUZA, 2008, p. 127).

Como a assistente social do PEAC trabalha com comunidades costeiras, ela utiliza em seu espaço o instrumento de mediação. Para Souza (2008, p. 128),

Trabalhar em projetos comunitários na perspectiva ético-política defendida pelo Serviço Social, hoje com os membros de uma população nas decisões das ações que serão desenvolvidas, uma vez que são os próprios membros que destacam a importância de o profissional conhecer a comunidade, os agentes políticos, as instâncias

de poder na comunidade, quais são as suas necessidades, para que assim possam propor ações que articulação de diversos instrumentos de trabalho possibilita concretizar tais ações.

Outro instrumento utilizado, de forma frequente, no conselho gestor do PEAC, é a socialização assistente social o problematizou, reforçando a sua importância:

Não é simplesmente socializar informações, mas sim formar, discutir um tema específico que eles tenha haver com a realidade que eles vivem e que acreditamos que possam trazer elementos f elementos para estar atuando com qualidade na base que é onde eles vivem. [...] também trazer discussões, para que possamos falar a linguagem deles e fazer o paralelo, porque às vezes eles nã político na vida cotidiana deles, mas quando a gente traz exemplos das suas próprias vidas, eles co papel do Estado. Trazendo a própria realidade deles para as discussões conseguimos atingir melho perfeitamente com o papel do assistente social na política ambiental, e perante o colocado po profissional de Serviço Social na execução do PEAC, compreendemos o papel imprescindível deste, r Com a entrada do Serviço Social no PEAC, a nossa perspectiva de trabalho, o nosso projeto éti ambiental que é exigida pelo IBAMA, [...] nossa postura política, ação profissional, o modo como tr sujeito, que eles possam ser sujeito da sua vida e da sua trajetória. [...] o IBAMA preconiza analisamos que foi de suma importância à entrada do Serviço Social no programa, porque os assist para com os direitos, ao acesso as políticas públicas, postura que imprimi um olhar diferenciado princípios que norteiam a educação ambiental crítica, esta, de acordo com a legislação ambient educação ambiental exigidos pelo licenciamento, como o PEAC.

No que toca a elaboração de relatórios de atividades, dentro do PEAC o mesmo consiste em expor r profissional. Nesse instrumento é de suma importância que o assistente social saiba falar articuladamente, “isto é criar uma identidade social de um fazer profissional competente, que artic de pensar e de expressar o pensamento” (SOUZA, 2008, p. 125).

Entendemos, sobretudo, que com a prática dos relatórios é possível materializar tanto a passagem r presentes e futuras do profissional, ao passo que esse instrumento possibilita a análise do fazer do r

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É notória a importância da educação ambiental no processo de gestão ambiental, quanto ao seu conhecimentos, a autonomia dos grupos sociais, a participação popular e a democratização das d licenciamento está envolvida – não a reduzindo a gestão dos conflitos ocasionados por um empre licenciamentos, mas essa “[...] atua fundamentalmente na gestão de conflitos de uso e distributiv 2010, p. 14), enquanto medida mitigadora obrigatória. Objetivando nesse escopo e enquanto condi participação e controle social em cada empreendimento licenciado, o que exige práticas de educaçã impactados por o mesmo, de modo a intervir nas decisões sobre a transformação das condições soc Concomitantemente a maturação teórica e metodológica na educação ambiental, as dúvidas sobr problemas cotidianos se avolumam. Neste sentido, o reconhecimento do papel necessário e indispe do profissional elaboração, investigações a fim de direcionar sua instrumentalidade para uma a

questões sobre direitos humanos básicos, visando buscar alternativas que proporcionem em sua prática, estimulando a construção de contextos interativos e assim proporcione a reflexão do indivíduo no mundo. Podemos analisar, ao passo do desenvolvimento da pesquisa sobre a instrumentalidade do Serviço Social, o Programa de Educação Ambiental com Comunidades Costeiras (PEAC), que a educação ambiental visa à participação dos sujeitos sociais nas ações de exploração de recursos naturais que lhes atinjam, visando a cooperação em prol do meio ambiente, além de assegurar valores e ações que objetivem a transferência de conhecimentos transversalmente, em todos os espaços da realidade. A concretização dessa perspectiva leva ao fato do programa ser executado pelo Serviço Social, que enquanto fazer profissional detém de valores como equidade, justiça social, universalização dos direitos sociais e ampliação e consolidação da cidadania. As exigências legais do Estado brasileiro para a sua realização, e, portanto, passível de "casamento", as atividades com o Serviço Social, de acordo com a postura política e a visão crítica de educação ambiental. Por fim, pela apreensão da instrumentalidade nesse campo de intervenção do assistente social, com o trabalho outros profissionais também utilizam, porém a intencionalidade que o assistente social do Serviço Social, pois só este profissional é capaz de dar instrumentalidade aos instrumentos, fazendo com que eles ultrapassem a profissão. Sendo assim, na escolha e na aplicação dos instrumentos técnico-operativos, a dimensão emancipatória, razão substantiva do Serviço Social capaz de preservar as conquistas conquistadas, autonomia, baseado em valores subordinados aos interesses e necessidades do coletivo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BATTINI, Odária. **A questão da instrumentalidade do Serviço Social**

Disponível em:

<[http://](http://www.cedeps.com.br/wp-content/uploads/2009/06/A-quest%C3%A3o-da-instrumentalidade-do-Servi%C3%A7o-Social1.pdf)

[www.](http://www.cedeps.com.br/wp-content/uploads/2009/06/A-quest%C3%A3o-da-instrumentalidade-do-Servi%C3%A7o-Social1.pdf)

[cedeps.com](http://www.cedeps.com.br/wp-content/uploads/2009/06/A-quest%C3%A3o-da-instrumentalidade-do-Servi%C3%A7o-Social1.pdf)

[.br](http://www.cedeps.com.br/wp-content/uploads/2009/06/A-quest%C3%A3o-da-instrumentalidade-do-Servi%C3%A7o-Social1.pdf)

[/wp-content/uploads/2009/06/A-quest%C3%](http://www.cedeps.com.br/wp-content/uploads/2009/06/A-quest%C3%A3o-da-instrumentalidade-do-Servi%C3%A7o-Social1.pdf)

[A3o-da-instrumentalidade-do-Servi%C3%](http://www.cedeps.com.br/wp-content/uploads/2009/06/A-quest%C3%A3o-da-instrumentalidade-do-Servi%C3%A7o-Social1.pdf)

[A7o-Social1.pdf](http://www.cedeps.com.br/wp-content/uploads/2009/06/A-quest%C3%A3o-da-instrumentalidade-do-Servi%C3%A7o-Social1.pdf)

[>.](http://www.cedeps.com.br/wp-content/uploads/2009/06/A-quest%C3%A3o-da-instrumentalidade-do-Servi%C3%A7o-Social1.pdf)

Acesso em: 02/12/2015. BRASIL. **Lei nº 6.968**, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional de Educação Ambiental, formulação e aplicação, e dá outras providências. República Federativa do Brasil, Brasília. BRASIL. Ministério da Educação. **Educação ambiental**, institui a Política Nacional de educação ambiental e dá outras providências. Resolução nº 1/91. Brasília, 1991. M. **Educação Ambiental: a formação do sujeito ecológico**. São Paulo: Cortez, 2003. GIL, Antônio Carlos. **Metodologia da pesquisa**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999. GUERRA, YOLANDA. A instrumentalidade no trabalho do assistente social. In: **Serviço Social: fundamentos e práticas**. Módulo 4: O trabalho do assistente social e as políticas sociais, CFESS/ABEPSS- UNB, em 2010. Disponível em:

<[http://](http://www.cedeps.com.br/wp-content/uploads/2009/06/A-quest%C3%A3o-da-instrumentalidade-do-Servi%C3%A7o-Social1.pdf)

www.

cedeps.com

.br

/wp-content/uploads/2009/06/Yolanda-Guerra.pdf

>.

Acesso em: 10/11/2015. _____. **A instrumentalidade do Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2 para elaboração e implementação de programas de Educação Ambiental no âmbito escoamento de petróleo e gás. Brasília: IBAMA, 2005. IAMAMOTO. Marilda Vilela. O Serviço ! profissional. 6ª edição. São Paulo: Cortez, 2003. LOUREIRO, C. F. B. Educação ambiental no licei potencialidades. In.: **Revista Sinais Sociais**. V.5 nº14. Setembro/Outubro. Rio de Janeiro, 2010. F Disponível em:**

<[http://](http://www.sesc.com.br/wps/wcm/connect/49215b89-c03f-4259-93d0-375e3d5b2e28/14.pdf?MOD=AJPERES&CACHEID=49215b89-c03f-4259-93d0-375e3d5b2e28)

[www.](http://www.sesc.com.br/wps/wcm/connect/49215b89-c03f-4259-93d0-375e3d5b2e28/14.pdf?MOD=AJPERES&CACHEID=49215b89-c03f-4259-93d0-375e3d5b2e28)

[sesc.com](http://www.sesc.com.br/wps/wcm/connect/49215b89-c03f-4259-93d0-375e3d5b2e28/14.pdf?MOD=AJPERES&CACHEID=49215b89-c03f-4259-93d0-375e3d5b2e28)

[.br](http://www.sesc.com.br/wps/wcm/connect/49215b89-c03f-4259-93d0-375e3d5b2e28/14.pdf?MOD=AJPERES&CACHEID=49215b89-c03f-4259-93d0-375e3d5b2e28)

[/wps/wcm/connect/49215b89-c03f-4259-93d0-375e3d5b2e28/14.pdf](http://www.sesc.com.br/wps/wcm/connect/49215b89-c03f-4259-93d0-375e3d5b2e28/14.pdf?MOD=AJPERES&CACHEID=49215b89-c03f-4259-93d0-375e3d5b2e28)

[?](http://www.sesc.com.br/wps/wcm/connect/49215b89-c03f-4259-93d0-375e3d5b2e28/14.pdf?MOD=AJPERES&CACHEID=49215b89-c03f-4259-93d0-375e3d5b2e28)

[MOD=AJPERES&CACHEID=49215b89-c03f-4259-93d0-375e3d5b2e28](http://www.sesc.com.br/wps/wcm/connect/49215b89-c03f-4259-93d0-375e3d5b2e28/14.pdf?MOD=AJPERES&CACHEID=49215b89-c03f-4259-93d0-375e3d5b2e28) >.

Acessado em: 12/08/2015. MACEDO, Maria Katarina da Silva. Serviço Social e Questão Ambiental: na sociedade e no meio profissional. In: **IV Jornada Internacional de Políticas Públicas**. Univer Disponível em:

<[http://](http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIV/eixos/8_agricultura/servico-social-e-questao-ambiental-uma-analise-da-crise-an)

[www.](http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIV/eixos/8_agricultura/servico-social-e-questao-ambiental-uma-analise-da-crise-an)

[joinpp.ufma.br](http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIV/eixos/8_agricultura/servico-social-e-questao-ambiental-uma-analise-da-crise-an)

[/jornadas/joinppIV/eixos/8_agricultura/servico-social-e-questao-ambiental-uma-analise-da-crise-an](http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIV/eixos/8_agricultura/servico-social-e-questao-ambiental-uma-analise-da-crise-an)
>.

Acesso em: 09/12/2015. NASCIMENTO NETO, Francisco Vieira do. **Potencialidades da Educa "Questão Ambiental" no Capitalismo**. Trabalho apresentado no V Encontro sergipano de E Ambientais: Caminhos para a práxis. Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão/SE, 2015. O **inserção da prática profissional do serviço social n questão sócio-ambiental**. Trabalho apre: de Trabajo Social. El trabajo em La coyuntura latinoamericana: desafios para su formación, articula de Guayaquil. Guayaquil, Ecuador. Outubro de 2009.

Disponível em:

<[http://](http://www.ts.ucr.ac.cr/binarios/congresos/reg/slets/slets-019-268.pdf)

[www.](http://www.ts.ucr.ac.cr/binarios/congresos/reg/slets/slets-019-268.pdf)

[ts.ucr.ac.cr/binarios/congresos/reg/slets/slets-019-268.pdf](http://www.ts.ucr.ac.cr/binarios/congresos/reg/slets/slets-019-268.pdf)

>.

Acesso em: 05/11/2015. OLIVEIRA, A. R. S. et al. Políticas Públicas do Meio Ambiente e Licenciamento ambiental crítico. In: **VI Jornada Internacional de Políticas Públicas**. Universidade Federal do Maranhão. Disponível em:

<[http://](http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2013/JornadaEixo2013/anais-eixo11-questaoambientalepoliticaspUBLICAS/politicaspUBLICAS.pdf)

[www.](http://www.joinpp.ufma.br)

[joinpp.ufma.br](http://www.joinpp.ufma.br)

[/jornadas/joinpp2013/JornadaEixo2013/anais-eixo11-questaoambientalepoliticaspUBLICAS/politicaspUBLICAS.pdf](http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2013/JornadaEixo2013/anais-eixo11-questaoambientalepoliticaspUBLICAS/politicaspUBLICAS.pdf)

>.

Acesso em: 09/12/2015. OLIVEIRA, A. R. S. et al. O Processo Formativo na Educação Ambiental crítica. In: **VII Jornada Internacional de Políticas Públicas**. Universidade Federal do Maranhão. São Luís/MA. Disponível em:

<[http://](http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo9/o-processo-formativo-na-educacao-ambiental-critica-a-experiencia-de-educacao-ambiental-critica.pdf)

[www.](http://www.joinpp.ufma.br)

[joinpp.ufma.br](http://www.joinpp.ufma.br)

[/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo9/o-processo-formativo-na-educacao-ambiental-critica-a-experiencia-de-educacao-ambiental-critica.pdf](http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo9/o-processo-formativo-na-educacao-ambiental-critica-a-experiencia-de-educacao-ambiental-critica.pdf)

>.

Acesso em: 01/12/2015. RIBEIRO, T. G. et al. A institucionalização da política de educação ambiental. In: **Políticas Públicas: O desenvolvimento da crise capitalista e a atualização das lutas contra a crise ambiental**. Universitária da Universidade Federal do Maranhão. São Luís, Maranhão, Brasil. 2013.

Disponível em:

<[http://](http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2013/JornadaEixo2013/anais-eixo11-questaoambientalepoliticaspUBLICAS/ainstitucionalizacao-da-politica-de-educacao-ambiental.pdf)

[www.](http://www.joinpp.ufma.br)

[joinpp.ufma.br](http://www.joinpp.ufma.br)

[/jornadas/joinpp2013/JornadaEixo2013/anais-eixo11-questaoambientalepoliticaspUBLICAS/ainstitucionalizacao-da-politica-de-educacao-ambiental.pdf](http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2013/JornadaEixo2013/anais-eixo11-questaoambientalepoliticaspUBLICAS/ainstitucionalizacao-da-politica-de-educacao-ambiental.pdf)

≥.

Acessado em: 22 de Julho de 2015 às 15h30min. SERRÃO M. A. Os impactos socioambientais e licenciamento ambiental federal das atividades marítimas de exploração e produção de petróleo no litoral do Rio de Janeiro. In: **das atividades petrolíferas: o caso de Macaé**. Cap. 1-6. 2009.

Disponível em:

<[http://](http://www.uff.br/macaeeimpacto/OFICINAMACAE/pdf/16_MonicaSerrao.pdf)

[www.](http://www.uff.br)

[uff.br](http://www.uff.br)

[/macaeimpacto/OFICINAMACAE/pdf/16_MonicaSerrao.pdf](http://www.uff.br/macaeeimpacto/OFICINAMACAE/pdf/16_MonicaSerrao.pdf)

>.

Acessado em: 30 de Junho de 2015 às 19h40min. SILVA, M. das G. e. **Capitalismo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Contra Capa. 2009.

sustentável e a ação do Serviço Social. – Recife: O Autor. Tese (Doutorado) – Universidade _____. Questão ambiental e as principais formas de enfrentamento no século XXI. In.: **Ed** licenciamento na gestão pública do meio ambiente/ Nailsa Maria Souza Araújo, Josiane Soares Sar Ver. E ampl. – São Cristóvão: Editora UFS, 2013. SILVA, M. L. L. da. Um novo fazer profissional. In Módulo 4: O trabalho do assistente social e as políticas sociais, CFESS/ABEPSS- UNB, em 2000. **social: conhecimento, Instrumentalidade e intervenção profissional.** Emancipação, Pont **múltiplas dimensões presentes no exercício profissional do assistente social: intervenç** Londrina, v. 12, n. 1, p. 202-227, jul/dez. 2009.

[1] “[...] termo aqui utilizado para referir-mo-nos ao conjunto das manifestações da destruti desenvolvimento das relações de propriedade – e seus desdobramentos sócio políticos, para os importância fulcral” (SILVA, 2008, p. 64-65). [1] “O licenciamento ambiental é uma atribuição exclu por meio do qual os órgãos ambientais autorizam a instalação e operacionalização de grandes e indústrias de celulose etc.) ou de infraestrutura (estradas, portos, hidrelétricas, entre outros)” (SE Universidade Federal de Sergipe (UFS), 28 anos, foi assistente social do PEAC, inserida neste espaço de estagiária de Serviço Social por dois anos e meio. Desde 2012 atuou enquanto profissional, tra PEAC

* Graduando em Serviço Social pela Universidade Federal de Sergipe (UFS) – São Cristóvão. Membr Formação em Serviço Social e Políticas Sociais (GEPSSO). E-mail: netobernini@gmail.com

Recebido em: 05/07/2016

Aprovado em: 06/07/2016

Editor Responsável: Veleida Anahi / Bernard Charlort

Metodo de Avaliação: Double Blind Review

E-ISSN:1982-3657

Doi: